N° 40

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ADPF 490/AL

16 DE AGOSTO 2024

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ADPF 490/AL

Relator: Ministro LUIZ FUX

JULGAMENTO VIRTUAL: 13.09 a 20.09.2024

Bloqueio judicial de verbas públicas para assegurar o fornecimento de prestações de saúde



Controvérsia acerca da constitucionalidade de decisões judiciais que determinaram o bloqueio e a liberação de recursos públicos provenientes de convênios firmados entre o Estado de Alagoas e entidades da Administração Pública federal direta e indireta, para dar efetividade imediata a decisões judiciais pertinentes a demandas de saúde.

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (https://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO NETO, Raul Lopes de; PAIVA, Williams Silva de. O acesso jurídico à saúde pública brasileira: um diálogo entre os sistemas de justiça e de saúde para além da judicialização = Legal access to Brazilian public health: a dialogue between justice and health systems beyond judicialization. **Direitos Fundamentais e Justiça**, Porto Alegre, v. 15, n. 45, p. 227-245, jul./dez. 2021. [1214282] AGU STJ TST **STF (DIG)**

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Juízes de jaleco: a judicialização da saúde no Brasil = Judges wearing white coat: the judicialization of health in Brazil. **Revista de Análise Econômica do Direito**, São Paulo, v. 1, p. [15-20], jan./jun. 2021. [1245969] STJ **STF (DIG)**

BEZERRA, André Augusto Salvador; SARAIVA, Fabiane Borges. Judicialização das políticas públicas de saúde: efetivar direitos sem violar a isonomia dos entes federativos = Judicialization of public health policies: effecting rights without violating the isonomy of federative entities. **Revista Judicial Brasileira**: Rejub, Brasília, v. 1, n. 1, p. 227-250, jul./dez. 2021. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/163055/judicializacao_politicas_publicas_bezerra.pdf. Acesso em: 12 set. 2024. [1215837] STJ

COELHO, Fernando Laélio. A garantia constitucional à saúde e a intervenção judicial sobre alocação de recursos. *In*: AVILA JUNIOR, Luiz Carlos. **Constituição e direitos**: sob o prisma dos mecanismos de proteção e efetividade. Curitiba, Juruá: 2022. p. 207-224. Conteúdo: Os direitos sociais como direitos à prestação. Escassez de recursos públicos e a restrição ao direito à saúde. O orçamento público na distribuição de recursos. A garantia à saúde na jurisprudência pátria. O reconhecimento dos direitos à saúde frente a falta de recursos do estado. A questão orçamentária frente aos direitos à saúde. [1224952] STJ TCD **STF 341.2 C758 CPM**

HANAI, Jorge Leal; ABRANTES, Luiz Antonio; PEREIRA, Luiz Ismael. Conflitos de competência e a judicialização da saúde no federalismo brasileiro = Conflicts of jurisdiction and the judicialization of health care in the Brazilian federal organization. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 446-472, 2021. Conteúdo: Os medicamentos e insumos para os tratamentos farmacológicos e terapêuticos são de alto custo para quem mesmo? Conflito de competência. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7399. Acesso em: 12 set. 2024. [1213807]

MORAES, Raquel Santos de Almeida Simas. O controle de políticas públicas de saúde pelo Poder judiciário à luz dos direitos fundamentais à vida e à saúde = Control of public health policies by the Judiciary in the light of fundamental rights to life and health. **Revista LEX de Direito Administrativo**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 163-190, jan./abr. 2021. [1217136] STJ

NASCIMENTO, Luane Silva. **Direito à saúde**: a limitaçao do intervencionismo judicial. São Paulo: Almedina, 2022. 164 p. Coleção Universidade Católica de Brasília. [1230373] TJD

REICHERT, Vanessa. **Judicialização da saúde e os limites de uma intervenção judicial legítima**: estudo de caso sobre decisões judiciais que determinaram sequestro de verbas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2023. 172 p. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2022. Conteúdo: O perfil da judicialização da saúde do Estado do Rio Grande do Sul e os limites de uma intervenção judicial legítima: O impacto da judicialização no orçamento da saúde no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2019. Análise empírica das decisões judiciais que determinaram sequestro de verbas públicas em valores acima de duzentos mil reais no ano de 2019 nas contas do Estado do Rio Grande do Sul. A incompreensão quanto a conceitos base do SUS, como universalidade, equidade e integralidade. O ativismo judicial faz mal ao direito e à saúde pública. [1258293] **STF 341.272 R351 JSL**

SANTOS JUNIOR, Vanderlei Poletti dos; CÂMARA, Heloisa Fernandes. Análise de decisões judiciais sobre saúde que refletem no orçamento público. *In*: ANDRADE, Luiz Gustavo de; ARRAES, Roosevelt; BORBA, Dalton José (org.). **Ativismo judicial**: novas facetas e limites democráticos. Curitiba: Appris, 2019. p. 337-352. [1205123] TJD

SILVA JUNIOR, Raul Sousa. **Judicialização da saúde pública no direito brasileiro**. Curitiba: Appris, 2022. 128 p. Conteúdo: Análise comparativa sobre os quatro grupos de países quanto aos sistemas de promoção de saúde: países com sistema de saúde público integrado; países com sistema de seguro saúde misto regulado; países com sistema de seguro saúde unificado; e países com sistema de seguro saúde segmentado. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2022/setembro/1221182/sumario.pdf. Acesso em: 12 set. 2024. [1221182] **STF 341.272 S586 JSP**

SOARES, Evandro da Silva. **A influência da judicialização das políticas públicas de saúde na execução do orçamento público**: estudo de caso do Distrito Federal. São Paulo: Dialética, 2023. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. [1255304] CAM CLD **STF 341.6731 S676 IJP**

SOUZA, Leonardo da Rocha de. Implementação de políticas públicas pelo poder judiciário para garantir o direito à saúde. **Revista LEX de direito administrativo**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 195-201, maio/ago. 2023. [1246840] STJ

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Célia de Sá Marques de Castro
Márcia Soares de Oliveira Vasconcelos
Solange de Oliveira Jacinto

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Leonardo Ramsés Cunha Oliveira

